



A Santa Sé

DISCURSO DO PAPA JOÃO PAULO II AOS BISPOS DA ÁUSTRIA EM VISITA "AD LIMINA APOSTOLORUM"

20 de Novembro de 1998

Senhor Cardeal

Venerados Irmãos no Episcopado!

1. A graça de Nosso Senhor Jesus Cristo, o amor de Deus Pai e a comunhão do Espírito Santo estejam com todos e com cada um de vós! Muito me alegra poder receber-vos por ocasião da vossa visita «*ad Limina*». A peregrinação aos túmulos dos Príncipes dos Apóstolos é um momento significativo na vida de cada Pastor. Com efeito, oferece-lhe a possibilidade de exprimir a sua comunhão com o Sucessor de Pedro e partilhar com ele a solicitude e as esperanças conexas com o ministério episcopal.

O «*affectus collegialis*» reúne-nos na oração, na celebração eucarística, na fraterna reflexão sobre os problemas pastorais mais urgentes, movidos todos pela vontade de captar a voz do Senhor no meio da multiplicidade de vozes e opiniões humanas, a fim de respondermos de maneira cada vez mais eficaz às Suas expectativas. Ao Sucessor de Pedro foi confiada a missão de confirmar na fé os seus irmãos (cf. *Lc 22, 32*) e de ser, na Igreja, «o princípio e o fundamento perpétuo e visível da unidade de fé e comunhão» (*Lumen gentium, 18*), pela qual, aliás, todos os Bispos, juntamente com ele, são a modo próprio responsáveis.

2. Há poucos meses, esta minha solicitude pastoral impeliu-me a fazer a vós, Pastores, e aos fiéis que vos estão confiados na Áustria, uma terceira Visita Pastoral. Naquela ocasião, chamei à atenção um tema que parece particularmente urgente na Igreja do vosso amado País: o verdadeiro sentido do diálogo dentro da Igreja. Ao expor-vos alguns critérios que caracterizam o diálogo como experiência espiritual, pus então em evidência alguns riscos capazes de o tornar inconcludente. Naquela ocasião, foi meu cuidado pastoral encorajar-vos a desenvolver no seio da Igreja um diálogo de salvação: «Para todos os interlocutores, este coloca-se sempre sob a luz da palavra de Deus. Portanto,

pressupõe um mínimo de acordo e de união de base. É a fé viva transmitida pela Igreja universal que representa o fundamento do diálogo para todas as partes» (*Discurso aos Bispos austríacos*, em Viena, 21/6/98, n. 7).

3. Estou feliz por que um verdadeiro diálogo a todos os níveis, nas Igrejas particulares a vós confiadas, se tornou o empenho mais urgente da vossa solicitude pastoral e procurou envolver nele todos os fiéis.

Precisamente isto oferece-nos o motivo para a nossa reflexão hodierna: quereria meditar convosco sobre a comunhão. Ela é o pressuposto do diálogo. Por isto, no discurso há pouco citado, referia-me à necessidade de um «mínimo de acordo e de união de base», para poder enfrentar um diálogo construtivo. Ao mesmo tempo, a comunhão é também fruto do diálogo: se o confronto for sincero e aberto e se os interlocutores tiverem uma base de convicções comuns, o colóquio pode facilmente levar a um aprofundamento do entendimento recíproco. O diálogo de salvação deve realizar-se na comunhão da Igreja. Sem esta convicção basilar, corre-se o perigo de ele se perder numa superficial experiência de convivência sem empenho.

4. Neste contexto, convém olhar, com os olhos do Concílio Vaticano II, para a índole e a missão da Igreja. Ao examinarmos os numerosos documentos conciliares que ilustram os vários aspectos da Igreja, deparamos com uma perspectiva que merece ser ressaltada. Precisamente sobre o tema de comunhão, no início os textos conciliares não tratam tanto as questões organizativas da Igreja: as estruturas, as competências, os métodos. Eles detêm-se sobretudo sobre a *res*, da qual nasce a Igreja e pela qual ela vive. Os textos falam da Igreja como de um mistério. Descobrir de novo este mistério da Igreja e traduzi-lo na vida eclesial, eis a «actualização» muitas vezes reafirmada pelo Concílio. Essa actualização não tem nada a ver com a adequação da verdade salvífica à moda do momento, nem com uma espiritualização ingénua da Igreja na evanescência de um mistério inefável.

Recordo a impressão que em muitos Padres suscitou o título «*De Ecclesiae mysterio*», no primeiro capítulo da *Lumen gentium*. Para muitos, então, esta expressão resultou tão desconhecida quanto o é hoje de novo para várias pessoas. Este «mistério» significa uma transcendente realidade salvífica, que se manifesta de maneira visível na história. Para o Concílio o mistério da Igreja consiste no facto que, através de Cristo, nós temos acesso ao Pai num só Espírito, para participarmos assim da mesma natureza divina (cf. *Lumen gentium*, 3-4; *Dei Verbum*, 1). A comunhão da Igreja é, portanto, modelada, realizada e mantida pela comunhão trinitária do Pai, Filho e Espírito Santo.

5. À primeira vista, estas definições poderiam parecer distantes das solicitudes pastorais de quem está em contacto com os problemas concretos do Povo de Deus. Estou certo de que concordais comigo, ao considerar essa impressão sem fundamento. Quem considera a sério a Igreja como realidade salvífica, dá-se conta de que ela não é tal por virtude própria. Uma Igreja concebida exclusivamente como comunidade humana não seria capaz de encontrar respostas adequadas ao anélito humano a uma comunhão capaz de sustentar e dar sentido à vida. As suas palavras e acções não poderiam resistir diante da gravidade das questões que pesam sobre os corações humanos. Com efeito, o ser humano aspira a alguma coisa que o transcenda, que supere todas as visões humanas, desmascarando-as na sua finitude que não satisfaz. A Igreja como mistério consola-nos e, ao mesmo tempo, encoraja-nos. Ela transcende-nos e, como tal, pode tornar-se embaixadora de Deus. Na Igreja, a autocomunicação de Deus é oferecida ao desejo do homem de encontrar a plena realização de si mesmo.

6. A esta altura põe-se a questão de Deus - talvez o problema mais sério que vós, Pastores na Áustria, deveis enfrentar. Ainda que a questão de Deus não seja proposta em público de maneira tão clara, ela atinge de igual modo os corações humanos. Infelizmente, a ela responde-se hoje, muitas vezes, com o ateísmo mascarado ou com a indiferença ostensiva. Estas são atitudes que escondem o desejo de construir a serenidade e a comunhão humana, mesmo sem Deus. Mas estas tentativas não dão nem podem dar resultados satisfatórios. Ai da Igreja se estivesse muito empenhada nas questões temporais, e não encontrasse o tempo para se ocupar das temáticas que se referem ao eterno!

Hoje, é urgente promover a renovação da dimensão espiritual da Igreja. As questões concernentes à estrutura da Igreja passam automaticamente para um segundo plano, quando a questão decisiva de Deus é inserida na agenda do debate eclesial. Essa questão quer ser tratada com paciência, num sincero diálogo de salvação com os homens e as mulheres, dentro e fora da Igreja. Na Igreja-mistério encontra-se também a chave da nossa missão de Bispos ao serviço do Povo de Deus. A primeira pergunta que pode ser dirigida a nós como Pastores, não é: «O que programastes?», mas: «Quem conduzistes à comunhão com Deus Uno e Trino?».

7. Esta reflexão ilumina a Igreja como mistério, pondo-a em relação com a participação nos dons salvíficos de Deus. E aqui a Eucaristia assume um significado particular. Não por acaso a proximidade à Mesa eucarística é também chamada «comunhão». De propósito Santo Agostinho qualificou a Eucaristia como «sinal da unidade e vínculo da caridade» (*In Iohannis Evangelium Tractatus*, XXVI, VI, 13). A isto fizeram referência os Padres conciliares, quando viram a comunhão eclesial ancorada na comunhão eucarística: «Ao participar realmente do corpo do Senhor, na fracção do pão eucarístico, somos elevados à comunhão com Ele e entre nós» (*Lumen gentium*, 7).

8. A este ponto, não posso deixar de manifestar duas graves preocupações, que emergem de alguns dados negativos: os relativos, por um lado, à participação na Celebração eucarística e, por outro, à falta de vocações. Enquanto exprimo o meu apreço por tudo o que fazeis para tutelar o Domingo na vida social e económica, sinto o dever de vos exortar a recordar, incansavelmente e com firmeza, aos fiéis a vós confiados a observância do mandamento dominical, tal como fizeram os Pastores desde os primeiros séculos até hoje: «No dia do Senhor, deixai tudo e correi à vossa assembleia que é o vosso louvor a Deus. Que justificação terão perante Deus aqueles que, no dia do Senhor, não se reúnem para ouvir a palavra da vida e nutrir-se do pão divino e eterno?» (*Didascalia Apostolorum*, II, 59, 2-3).

Dizei aos vossos sacerdotes que o Papa conhece as dificuldades de muitos Pastores de almas para enfrentar a sobrecarga de trabalho e de preocupações de todo o tipo, conexas com o ministério. O Papa conhece a solicitude pastoral dos muitos sacerdotes diocesanos e religiosos, cujo empenho às vezes os leva até ao esgotamento. A dificuldade aumenta ulteriormente nas comunidades paroquiais de dioceses como as vossas, onde também a geografia do território é tal que requer muita canseira e inúmeros sacrifícios.

Ao exprimir apreço para com os sacerdotes, sinto o dever de encorajar também os leigos a um diálogo benévolo e respeitoso com os próprios Pastores, não os considerando como «modelo obsoleto» de uma estrutura eclesial que, segundo alguns, poderia também prescindir do ministério sacerdotal.

9. Precisamente esta convicção, difundida também entre homens e mulheres crentes, não é por certo estranha ao fenómeno da redução das vocações nas vossas Igrejas. Conheço os esforços que estais a fazer para facilitar aos jovens

o encontro com Cristo e a descoberta da chamada que Ele dirige a cada um, para uma determinada função na Igreja. Bem sabemos, aliás, que as vocações não podem ser «produzidas» pelos homens, mas devem ser invocadas a Deus com constante oração. No início, a vocação é como um delicado e vulnerável rebento, que tem necessidade de muito cuidado e atenção. Deve haver uma viva relação entre aqueles que já são sacerdotes e os jovens que talvez sintam um apelo oculto para esta estrada. É muito importante que esses jovens encontrem sacerdotes serenos e críveis, profundamente convictos da opção feita e ligados por amizade cordial com os coirmãos e com o seu Bispo. Para isto é necessário que o Bispo não seja sentido como um «ministro» distante ou um «chefe» autoritário, mas considerado como um pai e um amigo por aqueles que compartilham com ele o serviço dos fiéis.

Uma cultura de verdadeira comunhão entre sacerdotes e Bispos, assim como a sua alegre cooperação para o bem da Igreja representam o melhor terreno, no qual poderão florescer as vocações. Isto já foi reafirmado pelo Concílio: os Bispos comportem-se no meio dos seus fiéis «como quem serve, como bons pastores que conhecem as suas ovelhas e por elas são conhecidos como verdadeiros pais», de maneira que os sacerdotes se considerem a si mesmos «como filhos e amigos» (*Christus Dominus*, 16).

10. Venerados Irmãos, apesar de tudo, uma certeza dá-nos esperança: os sinais da aurora da salvação são mais numerosos que os dados resultantes das tendências negativas. Disto são testemunho as duas Mesas que o Senhor, na Sua bondade, nos prepara continuamente: a da Palavra divina e a da Eucaristia (cf. *Sacrosanctum Concilium*, 51; *Dei Verbum*, 21). Precisamente a vós, Pastores, compete a grande honra, não separada do sagrado dever, de fazer *in persona Christi* as «honras de casa», proporcionando aos fiéis a possibilidade de se nutrirem abundantemente na mesa da Palavra e do Sacramento.

11. Nos documentos conciliares, a Igreja é descrita como «*creatura Verbi*», uma vez que «é tão grande a força e a virtude da palavra de Deus que se torna o apoio vigoroso da Igreja, solidez da fé para os filhos da Igreja, alimento da alma, fonte pura e perene de vida espiritual » (*Dei Verbum*, 21; cf. *Lumen gentium*, 2). Esta consciência despertou no Povo de Deus um vivo interesse pela Sagrada Escritura, com inegáveis vantagens para o caminho de fé de cada um.

Infelizmente não têm faltado também mal-entendidos e interpretações erróneas: insinuaram-se algumas concepções da Igreja que não correspondem aos dados bíblicos nem à Tradição da Igreja apostólica. A expressão bíblica «povo de Deus» (*laos tou theou*) foi entendida no sentido de um povo estruturado politicamente (*demos*), segundo as normas válidas para qualquer outra sociedade. E dado que a forma de regime mais conforme à sensibilidade hodierna é a democrática, difundiu-se entre um certo número de fiéis a exigência de uma democratização da Igreja. Vozes deste tipo multiplicaram-se também no vosso País, e para além das suas fronteiras. Ao mesmo tempo, a interpretação autêntica da palavra divina e o anúncio da doutrina da Igreja deixaram às vezes lugar a um pluralismo mal-entendido, em virtude do qual se pensou poder determinar a verdade revelada por meio da visão política e de maneira democrática.

Como não sentir profunda tristeza ao constatar estes conceitos errados a respeito da fé e da moral que, juntamente com alguns temas da disciplina da Igreja, se introduziram nas mentes de

tantos membros do laicado? Sobre a verdade revelada nenhuma «base» pode decidir. A verdade não é o produto de uma «Igreja que vem de baixo», mas um dom que vem «do alto», de Deus. A verdade não é uma criação humana, mas dom do céu. O próprio Senhor a confiou a nós, sucessores dos Apóstolos, a fim de que - revestidos de «um carisma da verdade» (*Dei Verbum*, 8) - a transmitamos integralmente, a conservemos com zelo e a exponhamos com fidelidade (cf. *Lumen gentium*, 25).

12. Com afectuosa participação nas sofridas solitudes do vosso ministério, digo-vos: venerados Irmãos, tende a coragem da caridade e da verdade! É certamente justo não querer reconhecer alguma verdade que seja desprovida de caridade. Porém, é igualmente imperioso não aceitar uma caridade desprovida de verdade! Anunciar aos homens a verdade na caridade - este é o verdadeiro remédio contra o erro. Peço-vos que cumprais esta tarefa com todas as vossas forças. A cada um de nós são dirigidas as palavras de Paulo ao discípulo Timóteo: «Suporta comigo os trabalhos como bom soldado de Jesus Cristo (...). Procura apresentar-te diante de Deus como um homem digno de aprovação, como um operário que não tem de que se envergonhar, que distribui rectamente a palavra da verdade. (...) Prega a palavra, insiste oportuna e inoportunamente, repreende, censura e exorta com bondade e doutrina» (2 *Tm* 2, 3-15; *ibid.*, 4, 2).

13. Assim como participo nas vossas preocupações, de igual modo é-me grato compartilhar a vossa satisfação por tudo o que estais continuamente a realizar na Igreja e na sociedade a favor da cultura da vida. Precisamente a cultura da vida move-se dentro dos pólos da verdade e da caridade. Perseverai com coragem no testemunho da doutrina transmitida, permanecendo firmes nela.

Em particular, no que concerne ao matrimónio, ainda que a experiência humana se encontre muitas vezes impotente diante do rompimento de tantas uniões conjugais, o matrimónio sacramental é e continua a ser, por vontade divina, indissolúvel. E de igual modo: embora a maior parte da sociedade decidisse de maneira diversa, a dignidade de cada um dos seres humanos permanece inviolável desde a concepção no seio materno até ao seu termo natural querido por Deus. E ainda: apesar das contestações renascentes, como se se tratasse apenas de uma questão disciplinar, a Igreja não obteve do Senhor a autoridade para conferir a ordenação sacerdotal às mulheres (cf. Carta Apost. *Ordinatio sacerdotalis*, 4).

14. Não me detenho noutros temas apesar de serem significativos. Contudo, não posso deixar de fazer observar este aspecto: enquanto no mundo a unidade de homens e povos é sentida com intensidade sempre maior, embora no respeito pelas várias e apreciáveis características culturais, tem-se às vezes a impressão de que a Igreja no vosso País ceda à tentação de se fechar em si mesma, para se ocupar de questões sociológicas em vez de se entusiasmar pela grande unidade católica: a comunhão universal, que é comunhão de Igrejas particulares reagrupadas em torno do Sucessor de Pedro (cf. *Lumen gentium*, 23).

Procurai, venerados Irmãos, todas as oportunidades para convidar os vossos fiéis a levantar o olhar para além das torres das igrejas austríacas. Precisamente o Grande Jubileu do Ano 2000 poderia representar a ocasião para ajudar os vossos fiéis a redescobrirem, com renovada paixão, a Igreja una, santa, católica e apostólica em todas as suas riquezas, para a amarem de modo mais intenso.

15. Caros Irmãos no episcopado, é com grande afecto que vos confio estas reflexões sobre a Igreja-comunhão. Poder-se-ia dizer e escrever muito sobre a comunhão, mas o mais importante é que nós, como sucessores dos Apóstolos, procuremos vivê-la de modo irrepreensível. Por fim, quereria confiar-vos um meu desejo: nos anos e meses passados foram escritas muitas coisas sobre a Igreja na Áustria. Não seria, talvez, um bom sinal se no vosso amado País se conseguisse discutir menos sobre a Igreja e, ao contrário, se meditasse mais sobre ela? No início eu disse que a Igreja-comunhão constitui o ícone da comunhão que existe no seio da Trindade santíssima. Diante de um ícone, em vez de ceder à análise crítica, sente-se a necessidade de se abandonar à contemplação afectuosa, para poder penetrar cada vez mais no mistério divino: é este o pano de fundo no qual se pode compreender verdadeiramente a Igreja.

16. Concluo estas minhas palavras convidando-vos a olhar para aquele ícone da comunhão eclesial, que é a Santíssima Virgem, tão venerada por muitos dos vossos compatriotas: «Eternamente presente no mistério de Cristo» (*Redemptoris Mater*, 19). Ela encontra-se no meio dos Apóstolos no coração da Igreja primitiva e da Igreja de todos os tempos: «A Igreja reunia-se no andar superior com Maria, a mãe de Jesus, e com os seus irmãos. Não se pode, portanto, falar de Igreja se não estiver presente também Maria, a mãe do Senhor, com os seus irmãos» (Cromazio de Aquileia, *Sermo* 30, 1).

Maria, a *Magna Mater Austriae*, vos acompanhe com a sua intercessão no esforço de exercerdes o vosso ministério, sustentados por um sereno e corajoso *sentire cum Ecclesia*, para ajudar a formar uma alma eclesiástica no coração dos fiéis a vós confiados. Ao assegurar-vos a minha constante lembrança na oração, para que o Espírito vos assista com a abundância dos Seus dons no vosso caminho, de coração concedo a vós e a todos os membros das vossas dioceses a

Bênção Apostólica